Seca nos EUA

Desafios e oportunidades para os brasileiros

Horrys Friaça Silva*

A MAIOR e mais severa seca desde os anos 50 já atinge mais da metade do território continental dos EUA. Impressionou este ano o rápido agravamento das condições nos meses de junho e julho, cruciais para o desenvolvimento do milho e da soja. Mesmo que chova em agosto, os danos já são irreversíveis.

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) já estima redução de 13% na produção total de milho deste ano safra em relação ao anterior. Por conta disso, os preços do milho avançaram rapidamente desde o fim do mês de junho e as médias estimadas para o ano safra 2012/2013 (outubro de 2012 a setembro de 2013) já se situam entre US$ 7,50 e US$ 8,90/bushel. Devido aos efeitos da seca, a cadeia de carnes norte-americana já solicitou a redução do mandato governamental de produção de etanol ("Renewable Fuel Standard"). Atualmente, 40% do milho produzido nos EUA são destinados à produção de etanol.

Os EUA deverão exportar até 40 milhões de toneladas a menos de milho no ano safra 2012/2013. Por outro lado, devido ao recorde da "safrinha" de milho colhida em 2012 no Brasil, o USDA projeta exportações de 12,5 milhões de toneladas de milho brasileiro no referido período. Cerca de 1 M.T a mais que o observado no período 2011/2012.

O USDA também prevê redução superior a 7,5% nas exportações de soja dos EUA no ano safra 2012/2013. Com redução estimada de 12% na produção total deste ano safra em relação ao anterior, a perspectiva de preço médio do produtor de soja no período 2012/2013 também foi revista, passando dos US$ 12,00 a US$ 14,00/bushel (junho) para US$ 15,00 a US$ 17,00/bushel. Ainda que a safra brasileira colhida em 2012 também tenha sido reduzida pela seca, estima-se para o período 2012/2013 um incremento de 35,1 milhões de toneladas nas exportações de soja do Brasil.

Na pecuária, a falta de pastagens, aliada à elevação dos preços do milho e da soja e ao aumento das importações de bovinos para terminação, tem motivado a antecipação do envio de bovinos para o abate e queda do preço do gado em fase de engorda. Em julho, a alocação de animais mais jovens nos confinamentos ocasionou redução de até 20% no preço do gado para abate, se comparado aos picos obtidos em março de 2012. O consequente aumento do abate, inclusive de animais mais jovens, ocasionará incremento da oferta de carne, a preços potencialmente mais baixos, nos próximos seis a nove meses. Entretanto, espera-se menor produção de carne e preços mais elevados em 2013, quando a oferta deve se reduzir. Tal cenário pode significar oportunidades para as exportações de carne bovina brasileira. Por outro lado, o aumento do preço internacional dos grãos ampliará os desafios da cadeia de produção de suínos do Brasil.

O Governo dos EUA já está ajustando alguns programas de apoio aos seus produtores. Para a pecuária, já teria liberado a utilização de 1,54 milhão de hectares de áreas de conservação para pastejo. Em relação ao seguro rural, já negociou com os bancos privados a extensão do período de carência, para que os produtores efetuem o pagamento dos prêmios dos seguros após a colheita (01/11/2012). Cabe notar que mais de 80% da área plantada com commodities nos EUA está segurada pelo Programa Federal de Seguro Rural, que cobre 500.000 propriedades rurais, com US$ 110 bilhões em valores segurados.

Porém o principal ainda não foi definido. O Congresso dos EUA ainda não conseguiu aprovar uma nova lei agrícola (Farm Bill) para substituir a que expirará em 30/09/2012. Com o recesso do Congresso em agosto, a expectativa pela aprovação de nova Farm Bill será transferida para setembro. Apesar do Senado já ter concluído sua parte, a Câmara dos Deputados ainda não definiu seu projeto. A aproximação das eleições de novembro aumenta o imobilismo do Congresso.

Incertezas para os produtores dos EUA e que repercutem no Brasil, principalmente entre os cotonicultores. Qual será o desfecho do nosso contencioso? Como se recorda, os EUA vêm pagando US$ 147 milhões anuais ao Brasil como compensação por não terem corrigido os aspectos distorcivos dos programas de subsídios condenados pela OMC. Tanto no projeto de lei do Senado, como naquele elaborado pelo Comitê de Agricultura da Câmara, ainda persistem componentes distorcivos, que contrariariam o resultado do painel e poderiam acionar o direito do Brasil a retaliar os EUA.

As partes seguem negociando, mas a margem para alterações substanciais é cada vez menor. Caso haja uma extensão temporária da atual Farm Bill, as partes já acordaram a manutenção das compensações atuais. Por outro lado, a aprovação de uma nova lei agrícola pode fazer com que os EUA queiram rever ou descontinuar o pagamento das compensações. Mesmo sabendo que isso poderia acionar retaliação brasileira, os EUA podem querer pagar para ver. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Adido Agrícola em Washington